



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DO MÊS DE ABRIL DE DOIS MIL E QUINZE

“Artigo décimo segundo, número um, alínea b) do Regimento”

-----Aos vinte e nove dias do mês de Abril de dois mil e quinze, no auditório do edifício dos paços do concelho, salão nobre da câmara municipal de Almeirim pelas vinte e uma horas e quinze minutos, encontrando-se presente a maioria dos membros que compõem a Assembleia Municipal, reuniu esta em sessão ordinária, com o objetivo de dar cumprimento à seguinte Ordem de Trabalhos: -----

PONTO UM – APRECIAÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALMEIRIM, ACERCA DA ACTIVIDADE MUNICIPAL, NOS TERMOS DA ALÍNEA C) DO NÚMERO DOIS DO ARTIGO VINTE E CINCO DA LEI NÚMERO SETENTA E CINCO BARRA DOIS MIL E TREZE, DE DOZE DE SETEMBRO. -----

PONTO DOIS – APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS REFERENTES AO EXERCÍCIO DE DOIS MIL E CATORZE, BEM COMO A APRECIAÇÃO DO INVENTÁRIO DOS BENS, DIREITOS E OBRIGAÇÕES PATRIMONIAIS NOS TERMOS DA ALÍNEA A), DO NÚMERO UM DO ARTIGO VINTE E CINCO, DA LEI NÚMERO SETENTA E CINCO BARRA DOIS MIL E TREZE, DE DOZE DE SETEMBRO. -----

PONTO TRÊS - APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA 1ª REVISÃO AO ORÇAMENTO PARA DOIS MIL E QUINZE, PARA INCLUSÃO DO SALDO DE GERÊNCIA DO ANO DE DOIS MIL E CATORZE, NOS TERMOS DA ALÍNEA A), DO NÚMERO UM DO ARTIGO VINTE E CINCO, DA LEI NÚMERO SETENTA E CINCO BARRA DOIS MIL E TREZE, DE DOZE DE SETEMBRO. -----

PONTO QUATRO - APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA 1ª ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL PARA DOIS MIL E QUINZE. -----

PONTO CINCO – APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA QUE AUTORIZA A CÂMARA MUNICIPAL A CELEBRAR COM A CIMLT O CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS TENDO POR OBJETO A DELEGAÇÃO DAS FUNÇÕES CONSTANTES DO SEU CLAUSULADO E, BEM ASSIM, AUTORIZAR A ASSUNÇÃO DOS COMPROMISSOS PLURIANUAIS RESPECTIVOS, A QUAL FICA CONDICIONADA À APROVAÇÃO DA REVISÃO ORÇAMENTAL, NA QUAL CONSTA A VERBA NECESSÁRIA À CABIMENTAÇÃO QUE SE ASSUME EFETUAR. -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

-----PERIODO ANTES-DA-ORDEM-DO-DIA-----

----- (Artigo décimo oitavo, número um do Regimento) -----

Procedeu-se à verificação das presenças dos elementos que compõem a Assembleia Municipal de Almeirim, convocados pelo senhor presidente da Assembleia nos termos do número um, alínea b) do artigo cinquenta e quatro da Lei número cento e sessenta e nove, barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, republicada em anexo à Lei número cinco traço A barra dois mil e dois, de onze de janeiro, conjugado com o número um, alínea b) do artigo sétimo do Regimento, tendo-se verificado as seguintes presenças: Na mesa; José Francisco Correia Afonso Marouço, (presidente da mesa da Assembleia Municipal); Carlos Manuel Russo Mota (primeiro secretário da mesa da Assembleia Municipal); Teresa Isabel Almeida Filipe (segundo secretário da mesa da Assembleia Municipal); Manuel Bastos Martins; Helena Maria Martinho Lopes Cláudio; Alfredo da Silva Trindade; João Miguel Gonçalves Lopes; José Manuel Coutinho Lopes; Gustavo Gaudêncio da Costa; Mário Rui de Oliveira Branco; Rui Manuel de Oliveira Pinto Pires; Maria Antonieta Rodrigues Grazina de Loureiro Oliveira; António Manuel da Cruz Martins; Ana Lúcia Gomes Ribeiro; Manuel Virgínia Lourenço; Domingos Manuel Monteiro Martins; Maria José Duarte Seródio Dias; Carla Marina Sousa de Jesus Silva; Pedro Jorge Lourenço Marques Pereira; Maria José Carvalho Marques Cardoso; João Manuel Fulgêncio Pisco Apolinário (presidente de Junta de Fazendas de Almeirim); Joaquim Manuel de Deus Catalão (presidente da Junta de Almeirim); Cristina Maria Leandro Pereira Casimiro (presidente de Junta da Raposa); Cândida Isabel Conceição Lopes (presidente da Junta de Benfica do Ribatejo); do executivo municipal o senhor Pedro Miguel César Ribeiro (Presidente da Câmara Municipal); Paulo Vladimiro Santana Caetano (vice-presidente), Maria Emília Castelo A. Botas Moreira (vereadora); Joaquim Francisco Leonor Sampaio (vereador), Eurico Manuel Lopes Henriques (vereador), Sónia Isabel Campos da Silva Colaço (vereadora) e Manuel Sebastião Duarte Lopes (vereador). -----

----- Registo de Faltas: José Joaquim Gameiro de Sousa Gomes (Movimento Zé Gomes). -----

----- Sendo vinte e uma horas e dez minutos, declarou o senhor presidente da Assembleia Municipal, aberta a sessão ordinária de abril de dois mil e quinze. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA»» Boa noite a todo o executivo municipal, deputados municipais e público presente. Existe quórum na Assembleia, pelo que declaro aberta a sessão ordinária de vinte e nove de abril de dois mil e quinze. -----

Estão presentes vinte e quatro dos vinte e cinco membros que compõem esta Assembleia. -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

Ou seja, dezasseis elementos do grupo do PS, três do grupo da CDU, três da coligação Amar a Terra (PPD/PSD.CDS-PP.MPT) e dois do grupo do MICA. -----

Tal como foi acordado na Comissão de Representantes, vamos iniciar esta Assembleia evocando as duas datas que muito dizem aos democratas e aos trabalhadores portugueses, ou seja o 25 de Abril, que já passou e o 1º de Maio, que aí vem. Seguidamente, a cerimónia da entrega de medalhas de mérito e valor e medalhas de honra pelo seu desempenho profissional e pelo seu exemplo, atribuídas a três cidadãos de Almeirim de grande mérito e, que são José António Catrola, Custódio Castelo e Francisco Mascarenhas. A todos eles, esta Assembleia está profundamente agradecida e comunga das ideias e dos sentidos de todos os almeirinenses na justiça da atribuição destas distinções. -----

Antes de dar a palavra aos grupos políticos, gostaria de dizer algumas palavras. -----

Nunca devemos esquecer esta data, mas mais do que isso, precisamos de rejuvenesce-la e voltar a alimentá-la, pois os auspícios que se vislumbram estão na verdade a demonstrar que o cravo tem murchado muito nos últimos tempos. -----

Com os pobres a aumentarem, com as desigualdades sociais a acentuarem-se e as relações laborais a serem espezinhadas, julgo que precisamos urgentemente de reviver Abril. Mais do que recordar, devemos, na prática ter atitudes consentâneas com esta realidade. -----

Começo por dar a palavra ao grupo do MICA, para fazer a sua intervenção. -----

MARIA JOSÉ DIAS (grupo do MICA) » » Boa noite a todos. -----

Pegamos na data, como habitualmente fazem os professores. -----

Por vezes é difícil explicar às crianças o significado dos feriados, sobretudo aos mais novos e mais jovens, e por isso recorreremos frequentemente à comparação, o antes e o depois. Fomos ver o que dizia um sítio educativo português, especialmente dedicado aos jovens, sobre o 25 de Abril. A primeira afirmação encontrada é a seguinte: Antes só havia um partido político que apoiava o governo. Apesar de haverem eleições, estas não eram livres e as mulheres só podiam votar se tivessem concluído o ensino secundário. As coisas mudaram, as mulheres podem votar sem qualquer restrição, temos partidos, coligações, movimentos de sobra e eleições livres. -----

As mulheres necessitavam de autorização escrita do marido para fazer determinadas coisas, como viajar sozinhas para o estrangeiro ou ter um negócio próprio. -----

Não se podia dizer mal do governo, quem o fizesse era preso; existia uma polícia política, chamada PIDE, com uma rede de informadores por todo o país, que escutavam quase todas as conversas e as denunciavam caso fossem contra a lei. -----

As pessoas que se casassem pela Igreja não se podiam divorciar. -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

Cada empresa pagava o que queria aos seus trabalhadores, ao contrário dos dias de hoje em que há um salário mínimo. -----

Para poderem ser publicadas, as notícias tinham de ser autorizadas pela Censura, bem como as peças de teatro, as músicas, os livros, os programas de tv, etc., ao contrário de hoje que há Liberdade de Imprensa. -----

Os jovens passavam quatro anos na tropa, o serviço militar obrigatório, dois dos quais na guerra do ultramar (guerra nas colónias africanas); enquanto hoje o serviço militar deixou de ser obrigatório. -----

Havia escolas de rapazes e de raparigas, não havia turmas mistas. -----

Que culpa temos nós cidadãos da má gestão dos bancos, que culpa temos nós para pagar o que os outros gastaram? Que culpa têm os nossos jovens para serem obrigados a emigrar? Que culpa tem a maioria dos nossos reformados de terem trabalhado uma vida inteira e não terem direito a uma reforma condigna? Algo está mal neste País que viveu uma das mais bonitas revoluções da humanidade. Perdeu fogo, perdeu a garra e deixou-se ficar com a saudade do que foi. Quanto ao 1º de Maio, festa do trabalhador, pouco há a dizer. Perguntem apenas aos trabalhadores se são felizes. – Não queríamos deixar de falar no dia da mãe, um dia vivido individualmente, um dia dedicado a quem tem a tarefa de zelar e proteger, tal como deveria a pátria mãe. Por isso, Domingo, recordem com saudade quem a tiver ausente, mimem a quem ainda vos acompanha, e senhoras, deixem que vos mimem. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Dou a palavra à coligação Amar a Terra (PPD/PSD.CDS-PP.MPT), para fazer a sua intervenção. -----

JOÃO LOPES (coligação Amar a Terra (PPD/PSD.CDS-PP.MPT) »» Às vinte e duas horas e cinquenta e cinco minutos do dia vinte e quatro de Abril, a música «E depois do adeus», cantada por Paulo de Carvalho, passa na rádio. Era o primeiro sinal. À meia-noite e vinte minutos da madrugada do dia 25 de Abril de 1974, «Grândola, vila morena» é tocada na Rádio Renascença. Era a senha para o arranque definitivo e simultâneo em todo o País das operações e despoletava o avanço das forças organizadas pelo MFA. -----

Salgueiro Maia saía de Santarém rumo a Lisboa. Sabia que corria riscos mas entre o “Estado em que estamos” e o imobilismo não teve dúvidas. O golpe militar teve sucesso graças ao empenho de um conjunto de homens que queriam mudar. -----

O Programa do MFA ansiava cumprir o chamado 3D: Democratizar, Desenvolver, Descolonizar. -----

Os partidos políticos após o 25 de Abril praticamente não existiam. Havia o PCP na clandestinidade e alguns outros movimentos de extrema-esquerda e o PS já tinha sido



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

fundado em março de mil novecentos e setenta e três em Baden-Munsteriefel. Foram pois os partidos organizados que tomaram a dianteira na defesa dos ideais de Abril. ----- Em seis de maio de dois mil e quinze surge um novo partido o Partido Popular Democrático (PPD). A origem dos seus fundadores prende-se com a história da ala liberal. -----

A ala liberal era um grupo de deputados que constituíram uma geração de políticos que queria mudar o regime do Estado Novo, por dentro. Destacam-se dos seus membros José Pedro Pinto Leite, Francisco Sá Carneiro, Francisco Pinto Balsemão, Mota Amaral, Joaquim Magalhães Mota e Miller Guerra, tendo este último ingressado no PS. ----- Na célebre entrevista de mil novecentos e setenta e três concedida a Jaime Gama no jornal "República" Sá Carneiro diria: "Os conceitos de catolicismo progressista e de democracia cristã são bastantes equívocos para mim – e não aceito enquadrar-me em qualquer deles. Entendo que os partidos políticos – que considero indispensáveis a uma vida política sã e normal – não carecem de ser confessionais, nem devem sê-lo. Daí que não me mostre nada favorável, nem inclinado, a filiar-me numa democracia cristã. É evidente que a palavra pode não implicar nenhum conceito confessional e nesse sentido apresentar-se apenas como um partido que adote os valores cristãos. Simplesmente, em política, parece-me que os valores não têm que ter nenhum sentido confessional e, portanto, se amanhã me pudesse enquadrar em qualquer partido, estou convencido de que, dentro dos quadros da Europa Ocidental, comumente aceites, iria mais para um partido social-democrata." -----

MARIA JOSÉ CARDOSO (Grupo da CDU) »» A Revolução de Abril constitui uma realização histórica do povo português, um ato de emancipação social e nacional. ----- O 25 de Abril de mil novecentos e setenta e quatro, desencadeado pelo heroico levantamento militar do Movimento das Forças Armadas (MFA), logo seguido de um levantamento popular, transformou profundamente toda a realidade nacional. Culminando uma longa e heroica luta, pôs fim a quarenta e oito anos de ditadura fascista e realizou profundas transformações democráticas, restituiu a liberdade aos portugueses, consagrou direitos, impulsionou transformações económicas e sociais. ----- Portugal vive hoje um dos mais graves períodos da sua história, o mais difícil desde os anos negros do fascismo. Um período de confronto político com o 25 de Abril e com aquilo que representou de conquistas, de realizações e transformações sociais. ----- Portugal vive uma grave e profunda crise económica e social. Agrava-se a exploração dos trabalhadores e a degradação dos seus direitos, limitam-se as liberdades do povo português, empobrece o país, milhares de portugueses são empurrados para o



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

desemprego e para a emigração, a constituição da república é subvertida e é posto em causa o futuro de Portugal e dos portugueses. -----

Indiferente à importância que o poder local representa para as populações e para a resolução de muitos dos problemas que as afetam no seu quotidiano, o governo intensificou o ataque ao poder local e à sua autonomia, tendo desencadeado um verdadeiro programa de subversão do poder local democrático, numa nova e mais declarada tentativa de concretização da velha ambição de ajustar contas com uma das mais importantes conquistas Abril. -----

O poder local é parte integrante do regime democrático e do seu sistema de poder. É uma conquista que viu consagrada na constituição da república os seus princípios democráticos. Um poder local amplamente participado, plural, colegial e democrático, dotado de uma efetiva autonomia administrativa e financeira. -----

A ampla participação popular e o intenso trabalho realizado em prol das populações, com as comissões administrativas após o 25 de Abril, teve consagração com as primeiras eleições livres e democráticas para os órgãos das autarquias locais, em dezembro de mil novecentos e setenta e seis, onde o poder local democrático se afirmou, operando profundas transformações sociais com importante intervenção na melhoria das condições de vida das populações e na superação de enormes carências, substituindo e sobrepondo-se, até em alguns casos, na resolução de problemas que excedem em larga medida as suas competências. -----

O próximo 1º de Maio deve ser um momento para afirmar a indignação e recusa da política dirigida contra os trabalhadores, o povo e o país, em que se insere o ataque ao poder local democrático e ao que ele representa de espaço de afirmação e realização de direitos e aspirações populares. Um momento de resistência e luta contra esta ofensiva que pretende ajustar contas com Abril, agredindo a democracia, a liberdade, a paz e o desenvolvimento de Portugal. -----

GUSTAVO GAUDÊNCIO DA COSTA (Grupo do PS) »» Excelentíssimo senhor presidente da assembleia municipal. -----

Excelentíssimo senhor presidente da câmara municipal de Almeirim. Excelentíssimos senhores e senhores vereadores do executivo municipal. Excelentíssimas senhoras e senhores deputados municipais. Excelentíssimo público e concidadãos. -----

Quero hoje lembrar três datas de enorme importância para a sociedade em geral e para os portugueses em especial. -----

Começo assinalando que, depois de amanhã, dia um de maio, se comemora o dia do trabalhador. A carga simbólica desta data é universal. -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

As condições sub humanas de trabalho, e até de barbárie, em que vivia a larga maioria dos trabalhadores, provocaram em mil oitocentos e oitenta e seis em Chicago uma manifestação, cujo pretexto foi a reivindicação pelas 8 horas diárias de trabalho. -----

Esta manifestação originou uma greve geral nos Estados Unidos que teve forte repressão. Pode dizer-se que nesse distante dia, por ação desse ato de coragem, os trabalhadores impuseram o seu direito a ter voz. -----

Daqui, a nossa saudação a todos os trabalhadores deste país, lamentando que centenas de milhares deles estejam hoje no desemprego. Para todos eles a nossa solidariedade. -----

No passado dia vinte e cinco também se comemorou uma data maior da história de Portugal. Passaram quarenta anos do dia em que se realizaram eleições livres, por sufrágio universal e direto, pela primeira vez em Portugal. -----

No dia 25 de Abril de 1975 o povo voltou a sair à rua, maciçamente, mas desta vez para exercer aquilo que até aí lhe tinha sido negado: votar em liberdade. Homens e mulheres. Tanto assim foi que nesse dia votaram para a assembleia constituinte noventa e dois por cento dos eleitores. -----

É justo salientar que a vitória clara do partido socialista nessas primeiras eleições foi o sinal inequívoco que o povo queria uma democracia representativa e excluía qualquer possibilidade de golpe antidemocrático, viesse ele de que lado viesse. -----

Nessas primeiras eleições livres, o partido socialista, sendo o único partido com implantação nacional - todos os outros tiveram implantações mais ou menos regionais - afirmou-se como o partido charneira da nossa democracia, que o é até hoje e será no futuro. -----

Também nesse mesmo dia vinte e cinco de abril se assinalou mais um aniversário da revolução que em mil novecentos e setenta e quatro, por iniciativa do movimento dos capitães, implantou em Portugal o regime democrático que hoje vigora. -----

Passaram quarenta e um anos do dia em que o povo saiu á rua para lutar pela liberdade e pela democracia. -----

Mas quarenta e um anos são uma vida. -----

Entre os presentes nesta sala estão diversas gerações, com perceções diferentes dos acontecimentos do dia 25 de Abril de 1974. -----

Para alguns, os mais velhos, onde eu me incluo, parece que foi ontem, tão presentes ainda estão na nossa memória. Para outros, são tempos de já ténues memórias quase a esfumarem-se, porque eram crianças ou muito jovens na altura. Para a grande maioria dos que já nasceram em plena democracia, não passam de histórias do passado, com tudo o que isso implica de distanciamento e de perda de importância. ----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

Para esta geração mais nova, a juventude de hoje, é necessário, temos a obrigação, relembrar abril, explicar a verdade da sua origem, os privilégios que se combateram e os valores pelos quais se lutou. E isto é tão mais necessário, quanto hoje no mundo se vivem tempos estranhos onde proliferam ideologias extremadas, se cultivam radicalismos cegos, se prometem paraísos eternos, e onde prolifera o ódio aos valores da liberdade e da democracia, e aos mais elementares direitos humanos. -----

Mas, reconheçamos que a esperança de ABRIL tem, em muitos aspetos, sido defraudada. -----

Há um ano, aquando das comemorações dos quarenta anos do 25 de Abril no nosso discurso dizíamos e passo a reler: -----

“Com a pobreza e as desigualdades sociais a crescerem abruptamente a Democracia enfraquece e a Liberdade esfuma-se. É obrigação de todos, é urgente que todos, façamos hoje uma reflexão sobre a Liberdade e a Democracia que queremos para o nosso país, porque se a liberdade de expressão e de manifestação ainda não estão postas em causa, o atual exercício da Democracia e a sua prática podem e devem ser questionadas. -----

É urgente que a confiança e a esperança sejam repostas em Portugal.” -----

Passado um ano, infelizmente, isto continua a ser atual. -----

A melhor e maior homenagem que podemos prestar aos capitães e ao povo que tornaram abril possível, é lembrar e explicar à geração mais nova, que, mesmo com todos os seus defeitos e imperfeições, o caminho do respeito pelos direitos humanos, da liberdade e da democracia, é o único que vale a pena percorrer e aquele que nos levará a um futuro melhor. Que não há sociedades perfeitas todos sabemos, mas têm eles, os jovens, a força e a vitalidade necessárias para combaterem por uma sociedade mais justa e fraterna, e para que neste país tenham um futuro. -----

Se conseguirmos despertá-los para a importância desta mensagem, então abril valeu a pena. -----

Um viva para o 25 de Abril, a liberdade e a democracia. -----

Um viva para Portugal. -----

PRESIDENTE DA CÂMARA »» Excelentíssimo senhor presidente da Assembleia municipal de Almeirim; Excelentíssimo senhor vice-presidente da Câmara Municipal de Almeirim; Excelentíssimos senhores vereadores da Câmara Municipal de Almeirim; Excelentíssimos senhores deputados municipais; Excelentíssimo público; caros concidadãos. -----

Começo por prestar uma homenagem àqueles que hoje vamos distinguir. Prestar essa homenagem, porque hoje, quarenta e um anos depois do 25 de Abril temos a



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

possibilidade de escolher quem vamos homenagear e distinguir, e essa também é algo que deve ser referido. No ano passado foi deliberado que as condecorações que fossem atribuídas durante o ano, seriam entregues na sessão ordinária de abril da Assembleia Municipal, no período que antecede a ordem de trabalhos. -----

Este momento de liberdade é o indicado para a entrega pública das medalhas. Se os tempos fossem outros, tenho a certeza que provavelmente não haveria atribuição de medalhas, a Câmara não seria esta, e eu não estaria aqui na qualidade de presidente. -

Gostaria de aproveitar o momento para prestar um agradecimento a alguém que, quarenta e um anos depois de ter acabado com o estado a que chegamos, ainda é muito mal tratado pelo estado. O então capitão Salgueiro Maia, ainda estamos todos para lhe fazer o devido reconhecimento por aquilo que foi o seu empenho, e pelo que foi a sua coragem. Pois outra pessoa, naquelas circunstâncias não o teria feito, e eventualmente não teríamos tido o 25 de Abril como decorreu. Ou seja, não teria tido êxito ou teria havido um banho de sangue. -----

Penso que num futuro próximo, o tempo vai permitir o reconhecimento justo pelo que fez por todos nós. -----

Gostaria também de lembrar que antigamente a escola era para alguns privilegiados. Hoje a escola é para todos. A educação era algo que o regime tinha receio. Saber, é perguntar e as dúvidas são inimigas de quem quer manter um poder absoluto e dogmático. Mas também a área da saúde, apesar de nos últimos anos ter sido tão mal tratada. Os indicadores são os que se conhecem, temos dos melhores sistemas de saúde do mundo, muito à frente do americano, do inglês, países que tantas vezes se fala, que apesar de tudo, continua a ser universal. -----

Como sabem, o serviço nacional de saúde foi criado por um advogado, me perdoem os economistas, se ele fosse criado por um economista nunca tinha saído do papel, pois tinham feito contas e logo tinham percebido que ele dava prejuízo. Aliás, a educação para todos também. A verdade é que há coisas que dão prejuízo e outras que dão lucro. Muita gente tem dito que sem pão não há liberdade e cada vez é mais verdade. O Salazar dizia que; “O povo que tenha a coragem de ser pobre é um povo invencível”. Eu diria: quem tenha educação, saúde, com liberdade, com direitos e com deveres, é um povo feliz, e isso sim, será um povo invencível. -----

Como dizia Winston Churchill “A democracia é a pior forma de governo imaginável, à exceção de todas as outras que foram experimentadas”. Podemos reclamar que não há votos, que as pessoas não vão votar, podemos reclamar o voto em branco, que escrevem e rascunham o boletim, mas olhando para muitos países, da extrema-esquerda ou da extrema-direita, países que esta sociedade tem laços e relações



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

económicas, dado que o pragmatismo diz-nos que nós devemos ter grandes relações económicas com alguém que priva os seus cidadãos de liberdade. A verdade é que esses estão garantidamente pior que nós. -----

Por fim, uma referência ao poder local. Apesar de ser presidente há pouco mais de um ano, tenho funções de autarca há alguns anos. Nunca me lembro de um poder local tão atacado pelo Poder Central. As Autarquias são mal tratadas, tem legislação que cada vez mais as impede de trabalhar, e não se trata apenas de fiscalização. Quando nós recebemos informação em março ou abril a informar que temos de fazer coisas em relação ao ano anterior, quando há interpretações de lei, que muitas das vezes são retroativas, quando nos mandam realizar um conjunto de ações que são de legalidade duvidosa, porque se trata apenas de interpretações de serviços, quando continuamos a ser acusados de ser despesistas, quando as trezentas e oito autarquias do país, embora algumas com melhor situação financeira que outras, mas a verdade é que as trezentas e oito autarquias do país representam quatro por cento da dívida portuguesa. Em dois mil e treze, em ano de eleições tiveram um superavit de trezentos e sessenta e quatro milhões de euros, em dois mil e catorze, de cerca de seiscentos milhões de euros. O que está previsto para este ano são mais de oitocentos milhões de euros. Se o estado central tivesse feito metade, eu diria, um décimo destes resultados, garantidamente que não havia défice. Também não posso esconder, que ao mesmo tempo que exigem a quem possui boas contas e boa gestão, que tenha de pagar, para além das suas obrigações com a banca, que tenha de pagar empréstimos que estão a decorrer normalmente, e com isso, no nosso caso em concreto, tirar ao nosso investimento, à capacidade de investimento, neste ano, seiscentos e vinte mil euros. Garantidamente que vamos pagar, porque somos obrigados. Isto representa o maior ataque ao poder local. Garantidamente que o país não era o que é hoje, sem a intervenção das freguesias, sem a intervenção das câmaras, e nas regiões autónomas, sem a intervenção dos governos regionais. Espero que esta fase passe, porque sei que há vontade no poder central, seja ele de que partido for, dos chamados do arco da governação de voltar ao vinte e quatro de abril de setenta e quatro e voltar a nomear presidentes de câmara. -----

Para terminar, uma palavra que volto a dizer, a todos aqueles que permitiram que hoje aqui estivesse, que tivesse a liberdade de poder falar. -----

Finalmente uma palavra aos homenageados por serem exemplos que a sociedade segue. Cada vez mais necessitamos de bons exemplos para serem seguidos. -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Concluídas as intervenções evocativas do 25 de Abril e 1º de Maio por parte de todos os grupos políticos com representação nesta Assembleia, passamos à leitura da correspondência. -----

-----CORRESPONDÊNCIA-----

----- (Artigo vigésimo quarto, alínea b) do Regimento) -----

Foi recebida entre a última sessão ordinária da assembleia, datada de vinte e seis de Fevereiro de dois mil e quinze, e a presente sessão ordinária, a seguinte correspondência, enviada por: -----

O senhor presidente da câmara municipal de Almeirim, enviou a esta Assembleia a seguinte documentação: Ofícios com assuntos a incluir na sessão extraordinária ordinária da assembleia municipal no mês de abril; ofício a enviar convocatória para a reunião ordinária do conselho municipal de educação. -----

CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Almeirim: Ofício a enviar informação relativa à eleição do presidente da CPCJ (Drª Maria Clara Vasconcelos Concha Pó). -----

TRIBUNAL DE CONTAS: Ofício a enviar despacho judicial – “Prestação eletrónica de contas das empresas locais do exercício de dois mil e catorze ao tribunal de contas” ---

CRIAL: Ofício a enviar convite para o VIII encontro do dia mundial da dança, a realizar no dia vinte e nove de abril em Almeirim. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Seguidamente passamos a apreciar e votar a ata da sessão anterior, ou seja, a ata da sessão de vinte e seis de fevereiro de dois mil e quinze. Pergunto se algum deputado municipal deseja fazer algum comentário sobre as atas? -----

PEDRO LOURENÇO PEREIRA (Coligação Amar a Terra (PPD/PSD.CDS-PP.MPT) »» Gostaria apenas de observar que numa das atas está escrito ERASMUS de forma incorreta, pelo que solicito a sua retificação. Obrigado. -----

----- * **Votação da ata** da sessão do dia vinte e seis do mês de fevereiro de dois mil e quinze. Aprovada com vinte e três votos a favor, quinze do grupo do PS, três do grupo da CDU, três do grupo Amar a Terra (PPD/PSD.CDS-PP.MPT) e dois do grupo do MICA. Uma abstenção do Grupo do PS. -----

-----DECLARAÇÃO DE VOTO-----

----- (Artigo trigésimo sétimo, do Regimento) -----

RUI PIRES (Grupo do PS) »» A minha abstenção é por não ter estado presente da sessão ordinária desta Assembleia. -----

----- * **Votação da ata** da sessão extraordinária do dia treze de abril de dois mil e quinze. Aprovada com vinte e quatro votos a favor, dezasseis do grupo do PS, três do



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

grupo da CDU, três do grupo Amar a Terra (PPD/PSD.CDS-PP.MPT) e dois do grupo do MICA. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Julgo que é do conhecimento de todos os grupos políticos, uma declaração apresentada pelo Grupo do Partido Socialista, em relação à qual passo a palavra ao Senhor Deputado Gustavo da Costa. -----

GUSTAVO DA COSTA (Grupo do PS) »» O grupo do partido socialista na Assembleia Municipal de Almeirim quer assinalar a recente inauguração, no dia dezoito de abril, da base permanente da força especial de bombeiros (FEB) do distrito de Santarém, na nossa cidade, com a presença da senhora ministra da administração interna, Anabela Rodrigues que declarou publicamente ser este um exemplo de dedicação do município e de boa utilização dos fundos comunitários. -----

Fruto do empenho do presidente da Câmara Pedro Ribeiro, este equipamento representa uma mais-valia significativa para o concelho e irá contribuir para tornar Almeirim um importante pólo de proteção civil regional e nacional. -----

É pois com grande satisfação que o grupo do Partido Socialista assinala a inauguração deste edifício, expressando aqui a nossa congratulação ao senhor presidente e ao Executivo pelo esforço e dedicação desenvolvidos na concretização desta obra tão importante. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Não existindo inscrições para os assuntos de interesse municipal, dou por terminado o período da ordem do dia, passando de imediato ao primeiro ponto do período da ordem do dia, que com é habitual, se inicia com a apreciação da informação escrita. -----

-----PERÍODO DA ORDEM DO DIA-----

PONTO UM – APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALMEIRIM, ACERCA DA ACTIVIDADE MUNICIPAL, NOS TERMOS DA ALÍNEA C) DO NÚMERO DOIS DO ARTIGO VINTE E CINCO DA LEI NÚMERO SETENTA E CINCO BARRA DOIS MIL E TREZE, DE DOZE DE SETEMBRO. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Começo por dar a palavra ao senhor presidente da câmara para fazer a introdução que entender. -----

PRESIDENTE DA CÂMARA »» Penso que a informação é suficientemente explícita, pelo que caso existam algumas perguntas, farei os esclarecimentos e explicação no final. -----

JOÃO LOPES (Grupo Amar a Terra (PPD/PSD.CDS-PP.MPT) »» Boa noite a todos os presentes. A nossa intervenção será relativamente curta, mas importante, dado que a Coligação Amar a Terra teve acesso a informação, que estariam para venda em hasta



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

pública as antigas instalações do IVV de Benfica do Ribatejo, que são cerca de seis mil metros quadrados, com o valor base de licitação de oitenta e seis mil euros, tendo o Município de Almeirim direito de preferência na sua aquisição. -----

O que nós gostaríamos de saber e perguntar, é o que aconteceu, dado que não sabemos absolutamente nada desde do momento que fomos informados pelo executivo deste facto. Na mesma altura manifestamos a nossa posição, no sentido de sermos favoráveis à sua aquisição. -----

ALFREDO TRINDADE (Grupo do PS) » » Boa noite a todos. Depois de analisar esta informação escrita, e tendo em conta os tempos que o País atravessa, nomeadamente a escassez de meios financeiros, em que a receita municipal é cada vez mais pequena, paralelamente ao que o governo central tem feito com as autarquias, penso que é de elogiar todas as atitudes e comportamentos que o senhor presidente da Câmara tem feito, onde se inclui a decisão de não adquirir o imóvel do IVV em Benfica do Ribatejo. Os custos de demolição e a sua reconversão seriam um desastre económico, dado que os benefícios para os munícipes, para a Freguesia e para o concelho seriam, insignificantes. -----

COUTINHO LOPES (Grupo da CDU) » » Boa noite a todos os presentes. -----
Relativamente à área da educação, é referido na informação escrita que; “continuaram os trabalhos sobre a reformulação/atualização da carta educativa do concelho...” A pergunta é saber se nos pode dizer mais alguma coisa sobre o assunto? Se existe alguma estimativa para a sua conclusão, ou em condições para ser discutida? -----

GUSTAVO GAUDÊNCIO DA COSTA (Grupo do PS) » » Relativamente à informação escrita, gostaria de saber se quando refere uma reunião com o senhor secretário de estado da alimentação e da investigação agroalimentar, se a mesma está relacionada com o centro de excelência para a agricultura e indústria na Fonte Boa? -----

CRUZ MARTINS (Grupo da CDU) » » Boa noite a todos os presentes. -----
Gostaria de fazer algumas perguntas. Uma é sobre a ponte da Vala em Benfica do Ribatejo. Saber se prevê a reabilitação da ponte antiga? Admitindo que sim, se a sua circulação será apenas para peões e a nova para viaturas? -----

Sobre a questão da saúde, é referido que tem sido feitos todos os esforços para encontrar uma solução adequada para o Concelho. Admito que esses esforços sejam a contratação de alguns médicos, se pretende manter essa orientação? -----

Relativamente à cultura, está extremamente bem identificado, no entanto há um espeto relacionado com o centro cultural das Fazendas. Colocando a questão, que se verifica a falta de alguma produção própria por parte do centro. Existem atividades, mas que são da responsabilidade de entidades externas, não vemos mal nesses espetos, antes pelo



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

contrário, mas seria interessante que existisse uma produção própria como forma indutora dos gostos culturais que é importante vincular junto das populações. -----

PRESIDENTE DA CÂMARA »» Em relação à questão do IVV, foi discutida na Câmara. É verdade que a câmara tem a possibilidade de exercer esse direito de preferência, tem de o fazer presencialmente segundo informação jurídica, pelo que nos levanta algumas questões do ponto de vista processual. -----

Eu admito que o preço do imóvel seja convidativo, e isso não discuto, mas também sempre disse quando adquirimos parte do IVV, concretamente os escritórios em Almeirim, que o fazíamos porque havia um projeto para aquele espaço. Não adquirimos o outro espaço porque não temos projeto. Entendo que não é razoável adquirir imóveis só por adquirir. -----

Admito que há ligação afetiva das pessoas da freguesia ao espaço, porém, segundo informação dos planos para o local, apenas pode ser destinado a armazéns. -----

Para além disso, temos a contenção financeira que conhecem, pelo que não estamos em condições, por muito que fosse esse o nosso desejo, de fazer uma aquisição sem se saber qual o seu destino. -----

Em relação à Carta Educativa, é suposto estar tratada no mês de maio, esperamos que assim seja, para depois ser apresentada, discutida e vir aqui à Assembleia. -----

Sobre as questões da ponte, efetivamente a nova ponte será apenas para veículos, fica a vinte e poucos metros da atual. Terá um tabuleiro de cerca de oito metros. É nossa intenção posteriormente, tentar requalificar a velha, atendendo que a requalificação não é uma coisa barata. As estimativas que temos para esta ponte ronda os duzentos e trinta mil euros, estou a falar da nova. Para a velha o valor era de cerca de cento e setenta mil euros. -----

Respondendo à sua questão, a ponte velha será para trânsito pedonal, bicicletas, cavalos, pelo que não terá circulação automóvel. -----

Sobre as questões da saúde, nós temos vindo a desenvolver um conjunto de contatos com o ACES da Lezíria. Sabemos que está a decorrer um concurso especial, para o qual existe a possibilidade de uma médica que está a exercer em Santarém vir para Almeirim. Tenho também alguma esperança que no concurso de setembro ou outubro, alguns internos possam vir reforçar o ACES e conseqüentemente ficarem no concelho de Almeirim. -----

Em relação ao Centro Cultural de Fazendas, é verdade que a obra é recente, é verdade que se está a fazer um esforço para que se realizem espetáculos naquele espaço, felizmente existem cada vez mais solicitações para espetáculos no espaço, que são cada vez mais diversificados. -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

Sobre a produção própria, dou-lhe o exemplo do Coro Infantil, Juvenil e Adulto de Fazendas de Almeirim, neste momento existe, fruto da existência do Centro Cultural de Fazendas de Almeirim. -----

Sobre a reunião com o senhor secretário de estado da alimentação, serviu para marcar a data da assinatura do protocolo do centro de excelência para a agricultura e agroindústria. Essa assinatura foi feita na semana passada na Fonte Boa. É um projeto que tem vindo a ser liderado pela CIMLT, salientado o facto de se tratar de um bom exemplo de cooperação. -----

É um projeto basilar daquilo que é o projeto da Lezíria do Tejo para os próximos anos. É um espaço que está em Santarém, de todo o território da lezíria todos somos da mesma opinião que a Fonte Boa é que possui as melhores condições. Como o objetivo é desenvolver tecnologia, desenvolver conhecimento para que ele possa ser aplicado às empresas e com isso possa haver um aumento da produção, quer na agricultura, quer na agroindústria. Esta foi uma decisão unanime, em que todos estão conscientes que futuramente irá trazer investigadores para a região. -----

Estou convencido que estão ali reunidas as condições necessárias para o aparecimento de um polo de desenvolvimento ao nível do que melhor se faz internacionalmente. -----

JOÃO LOPES (Grupo Amar a Terra (PPD/PSD.CDS-PP.MPT) »» Numa reunião de Câmara de seis de abril, tivemos conhecimento que no dia vinte e um de abril iria ser alienado pelo valor referido anteriormente, o IVV de Benfica do Ribatejo. Depois disso, houve reunião de Câmara Municipal no dia catorze de abril e no dia vinte de abril, nunca foi levado este ponto, como assunto autónomo no sentido que houve uma discussão e uma votação expressa por parte dos membros do executivo no sentido de manifestarem a sua posição. -----

Perece-nos assim que não houve vontade por parte do executivo de fazer esta aquisição. -----

Finalmente, aproveitar o momento para perguntar se existe algum desenvolvimento relativamente à Ex-ALDESC e à LT-SRU? -----

PRESIDENTE DA CÂMARA »» Nós temos em Benfica do Ribatejo, uma Associação que se situa em frente à escola primária do primeiro ciclo com excelentes condições para ser uma sala diversificada, não só uma sala de espetáculos, mas que possui uma cozinha de apoio e onde já se realizaram variadíssimos eventos. Não me parece necessário, havendo esta sala, que haja necessidade de adquirir mais espaços para fazer igual ao que está edificado. -----

O construir espaços destinados à cultura é muito bonito, mas depois temos o problema



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

com a contratação de pessoal, que como sabe, os recursos económicos são cada vez menos para fazer face a tudo. -----

Sobre a ALDESC não tenho mais nenhuma informação. Relativamente à SRU, teremos amanhã uma reunião de aprovação das contas. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Passamos ao ponto dois da ordem de trabalhos. –

PONTO DOIS – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS REFERENTES AO EXERCÍCIO DE DOIS MIL E CATORZE, BEM COMO A APRECIÇÃO DO INVENTÁRIO DOS BENS, DIREITOS E OBRIGAÇÕES PATRIMONIAIS NOS TERMOS DA ALÍNEA A), DO NÚMERO UM DO ARTIGO VINTE E CINCO, DA LEI NÚMERO SETENTA E CINCO BARRA DOIS MIL E TREZE, DE DOZE DE SETEMBRO. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Estão abertas as inscrições para a discussão deste ponto. -----

Dou a palavra ao senhor presidente da câmara para fazer a introdução deste ponto. ---

PRESIDENTE DA CÂMARA »» Gostaria de fazer algumas considerações relativamente a este orçamento. A primeira é sobre o nível de execução da receita, que foi de noventa vírgula quatro por cento. Não me lembro de ter havido uma execução desta natureza, pelo menos nos anos que já levo como autarca. Com a execução da despesa elevada, ronda os oitenta e seis por cento. Gostaria também de vos informar que terminámos o ano de dois mil e catorze com cerca de cinquenta a sessenta mil euros de dívidas a fornecedores e com um prazo médio de pagamento a fornecedores a onde dias. -----

É verdade que alguns impostos aumentaram, nomeadamente o IMI, mas também é verdade, e já o disse diversas vezes que para quem o que quer que seja como nas nossas vidas, o que conta é aquilo que ficamos no final do ano ou todos os meses do nosso ordenado. Se o IMI aumento, não deixa de ser verdade que IMT está em valores muito inferiores aquilo que era há uns anos, que as taxas urbanísticas estão em valores muito menores. No global, o que acontece é que nós temos menos. -----

A acrescentar a isto, por decisão do governo, este ano somos obrigados a contribuir com cerca de noventa mil euros para o Fundo de Apoio Municipal e segundo uma interpretação da Direção Geral das Autarquias Locais, este ano, aquilo que resulta do aumento do IMI, vamos ter de realizar amortizações extraordinárias da nossa dívida. Quem tem empréstimos com é o nosso caso, em que o maior que temos, tem uma taxa de spread de zero virgula zero nove, amortizar extraordinariamente implica pagar taxas, e implica naturalmente dar dinheiro à banca. Não consigo perceber qual o objetivo de as Câmara que têm uma situação financeira estável, que estão a honrar os seus compromissos, em que amortizamos setecentos mil euros do nosso stock da dívida. Em



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

que os encargos com a dívida representam cerca de quatro e tal por cento do nosso orçamento, numa altura em que se diz que há fundos comunitários, mas que é preciso haver capacidade financeira e verbas nacionais para alocar a esses fundos, não consigo perceber qual é o objetivo de nos obrigar a todos a fazer amortizações extraordinárias. As câmaras que estão com dificuldades e as que estão com muitas dificuldades financeiras, aquilo que resulta do aumento de impostos também servirá para amortizar extraordinariamente, ou seja, podemos chegar ao caso que até havia dinheiro para ir pagando a dívida, mas como existe esta obrigatoriedade, vão deixar de honrar os seus compromissos, que no meu entender não faz nenhum sentido. -----

Por conta desta obrigatoriedade, já fizemos amortizações extraordinárias de cerca de sessenta mil euros e vamos ter de continuar a fazer mais, com dinheiro que podia servir para fazer investimento. -----

JOÃO LOPES (Coligação Amar a Terra (PPD/PSD.CDS-PP.MPT) »» Relativamente às contas, nós gostamos sempre de fazer uma análise histórica e simplificada dos principais movimentos que ocorreram, para que todos nós saibamos do que estamos a falar. -----

Relativamente à certificação legal das contas dá uma ênfase, ou seja, refere um ponto com alguma gravidade que se relaciona com correções das amortizações anteriormente calculadas em função da adoção da primeira vez do POCAL, que terá sido em dois mil e três, com impacto no balanço das contas da autarquia. -----

Relativamente ao património, a lista que nos é fornecida não bate certo com o seu valor. Relativamente ao balanço social, e em relação aos trabalhadores, nós temos vindo a chamar à atenção e felizmente as coisas têm melhorado um bocadinho, mas não aquilo que nós desejaríamos, porque as horas de formação dadas, são cerca de oito horas por trabalhador por ano, o que consideramos muito baixo, quase uma diminuição de cerca de cinquenta por cento, relativamente ao ano de dois mil e treze. A formação externa praticamente não existe, na prática significa cerca de vinte euros por trabalhador. -----

Depois temos outro tema que são os acidentes de trabalho. É importante de existam condições no trabalho e equipamentos de proteção individual EP'Is para os trabalhadores. Que seja investigado para se perceber as causas e motivos da ocorrência de acidentes de modo a serem de imediato corrigidos. Todos os anos verificamos esta situação que entendemos ser grave com valores perturbadores para a segurança dos trabalhadores. -----

Para ser mais explícito, cerca de seis por cento dos trabalhadores do município tiveram um acidente de trabalho, tratasse de um valor muito alto, que corresponde à perda de



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

sete dias de trabalho por trabalhador por ano, e que representa um aumento exponencial relativamente a dois mil e treze. -----

Para compensar esta diminuição, têm de haver mais horas extraordinárias, que representam cerca de dez horas de trabalho extraordinário por trabalhador por ano, em que o custo destas horas é de cerca de cinquenta e oito euros por funcionário. -----

Relativamente às despesas, fizemos um pequeno histórico, e no que diz respeito ao total de despesas reais de dois mil e catorze com as respetivas variações. -----

No que diz respeito às despesas a verba que se salienta são despesas com pessoal. Há aqui um aumento significativo das despesas com pessoal de dois mil e doze para dois mil e catorze em cerca de sete por cento, que representa mais de trezentos mil euros. Depois, temos a aquisição de bens e serviços, com um valor de quatro vírgula três milhões de euros e por ai adiante. Depois sobre sem motivo aparente para seis vírgula dois milhões e depois desce para quatro vírgula cinco. -----

O que se verifica é que houve falta de lançamento de faturas, e depois, faturas a mais. Ou seja, elas tiveram de ser contabilizadas numa altura, que resultou nestes dois efeitos. Significa que vemos as despesas, grosso modo estão mais ou menos em linha com uma tendência normal, se não tivesse havido a situação das faturas na “gaveta”. ---

Quanto às despesas de capital, em total elas mantêm-se contantes relativamente ao ano anterior, cerca de menos cem mil euros. -----

Quanto à aquisição de bens e serviços, e se olharmos para o detalhe destas mesmas verbas, elas estão ordenas por valor, nas primeiras temos cerca de oitenta por cento do total dos custos com esta rubrica, feita pelo município. -----

No que diz respeito a material de cultura e recreio possui verbas mínimas, com a tendência de serem ainda mais reduzidas, ou seja em menos de cinquenta por cento. ---

Sobre as transferências correntes, as que o município faz, temos a principal rubrica, as transferências para as freguesias, valores que aumentaram um pouco, de acordo com os acordos que houve relativamente às transferências de competências, mas temos também aqui uma verba muito significativa, que tem tido um aumento constante, que é o apoio às instituições sem fins lucrativos. Neste momento são cerca de setecentos e noventa mil euros. Este valor vai para associações desportivas, recreativas, culturais, IPSS. Como sabem, nós sempre defendemos que existisse um regulamento para atribuição destes mesmos subsídios. Apareceu um primeiro, feito e aprovado, para o qual demos o nosso voto favorável nesta Assembleia, mas faltam os restantes. -----

Sobre a IPSS's mais uma vez os apoios vão para muita gente, mas para a s instituições que prestam solidariedade aos outros não tem verbas significativas. -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

As despesas de investimento ordenadas por ordem de importância, temos noventa e três por cento do total das verbas, que relativamente ao orçamento, temos um desvio de um milhão de euros. O município proponha-se a fazer muitas mais obras do que fez. ---- Neste slide já conseguimos ver onde é que foi gasto o dinheiro. Relativamente às obras com dinheiro gasto acima dos cem mil euros, temos todas estas que estão neste slide. – No que diz respeito ao total das receitas e das despesas temos as mesmas conclusões que tínhamos nas anteriores, e isto levamos para o endividamento, ou seja no final o município cobrou mais um vírgula dois milhões de euros em impostos, recebeu mais zero vírgula dois milhões de euros do estado central, o que representa que ficou com mais folga financeira. Como ficou com esta folga, não recorreu a mais nenhum empréstimo, amortizou a tranche que lhe correspondia de setecentos mil euros, pagou os juros que eram devidos, pelo que ficou com um empréstimo no final de sete vírgula dois milhões, equivale em média ponderada de cerca de dez anos de dívida, ou seja possui mais dez anos para fazer estes pagamentos. Dado que o município voltou a aprovar novamente as taxas máximas do IMI para todos, vai-se manter este aumento em cerca de zero vírgula oito milhões de euros, portanto, ajudando a memória do senhor presidente, a dívida no final de dois mil e quinze estima-se que fique em cerca de seis vírgula cinco milhões de euros. Desta maneira, é fácil fazer consolidação orçamental, colocando-se os contribuintes a pagar, o estado central a ajudar e o assunto fica resolvido. Estas são as contas que foram apresentadas. -----

CRUZ MARTINS (Grupo da CDU) »» A nossa intervenção ser depois da intervenção do deputado João Lopes, já começa a ser uma hábito. -----

Perante os documentos que hoje nos são presentes, para além da necessária abordagem técnica, pretendemos essencialmente perceber o resultado das opções e avaliar a gestão imprimida pelo executivo. As prioridades da CDU, são claramente diferentes das do executivo e portanto temos um olhar bastante crítico sobre algumas das opções. -----

Balanço - em dívidas a terceiros médio e longo prazo na rubrica outros credores há uma verba de quinhentos e quarenta e um mil quinhentos e trinta euros e cinquenta e sete cêntimos que em dois mil e treze não registava qualquer valor. De que credores é que estamos a falar? -----

Demonstração de resultados - Verifica-se um aumento dos custos com o pessoal no valor de quatrocentos e quarenta e seis mil setecentos e oitenta e sete euros que corresponde a um aumento de cerca de dez vírgula oitenta e quatro por cento? E se atendermos só às remunerações, esse acréscimo é de catorze vírgula dez por cento, face ao ano anterior. O relatório de gestão de dois mil e treze, referia que apesar dos



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

custos com o pessoal serem elevados, os mesmos tinham um peso inferior ao dos anos anteriores, representando trinta e cinco vírgula dezoito por cento das despesas correntes. Já o relatório de gestão de dois mil e catorze regista não só um acréscimo em termos absolutos mas também em termos relativos face ao peso que os mesmos têm nas referidas despesas correntes. O seu peso passou de trinta e cinco vírgula dezoito por cento para quarenta e três vírgula zero um por cento. Estando as carreiras congeladas bem como os aumentos remuneratórios e não havendo novas admissões gostaríamos de ter uma explicação para estas alterações. -----

Na Execução do PPI, a cultura apresenta um grau de execução paupérrimo de oito vírgula trinta e seis por cento só ultrapassado, pela negativa, pelas funções económicas com uma execução próxima de zero por cento (zero vírgula zero três por cento). O que se conclui é que não houve qualquer investimento nesta última área. Quase que diria que era dispensável de vir no PPI. -----

O grau de execução do PPI, no seu todo, fica pelos sessenta e três vírgula quinze por cento, melhor face a anos anteriores, mesmo assim algo distante do previsto. Trata-se de um cenário, ou de uma narrativa como se diz em “politiques” moderno, que nos é familiar - temos obra anunciada mas não executada. A prática de inflacionar o PPI com o anúncio de obras que depois não se executam, mantém-se. -----

A execução orçamental tanto da “despesa” como da “receita” apresentam números bastante positivos. Apenas nos chamou a atenção nas “despesas de capital”, a rubrica “outros” que regista um grau de execução de vinte e nove vírgula sessenta e quatro por cento, que contrasta com as outras rubricas. O que é que justifica este número, o que é que está aqui refletido? -----

O resultado líquido de dois mil e catorze regista uma variação positiva face a dois mil e treze, mas ainda assim foi de três milhões trezentos e setenta e nove mil seiscentos e um euros e doze cêntimos negativos que a somar aos resultados líquidos acumulados, atinge uma verba considerável de quarenta e um milhões setecentos e cinquenta e três mil duzentos e sessenta e cinco euros e quarenta e sete cêntimos negativos. -----

“Limite da dívida total”. -----

Apesar das amortizações ocorridas, o endividamento mantém-se elevado. -----

Contudo gostaríamos de nos debruçar sobre a capacidade de endividamento do município, pois a forma como nos é apresentado o “limite da dívida total”, difere do ano anterior. Pela informação disponibilizada, pode-se deduzir que o limite ao endividamento é superior (haverá mais folga). Mas a forma utilizada de explanação não nos permite apurar um valor com segurança. Por exemplo, no ano de dois mil e treze dizia-se “ ...o município não ultrapassou os limites de endividamento líquido ... detendo



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

uma margem de endividamento líquido de cinquenta e sete mil novecentos e oitenta euros e sessenta cêntimos“ A pergunta concreta que se coloca, é : Qual é a margem de endividamento líquido do Município? -----

“Resultados extraordinários”. -----

Nos “proveitos extraordinários”, a rubrica “outros proveitos”. E “ganhos extraordinários”, registam-se quatrocentos e trinta e seis mil cento e vinte e quatro euros e noventa e dois cêntimos. Do que é que se trata? -----

Em “custos extraordinários”, há trezentos e sessenta e oito mil duzentos e vinte e três euros e sessenta cêntimos de correções exercícios anteriores. Que correções são estas e o que é que as originou? -----

“Património municipal” - Ao longo dos anos a CDU tem alertado para a falta de rigor, no que concerne ao património municipal. É-nos dito que as contas agora apresentadas e de acordo com o ROC, refletem a correção feita às amortizações acumuladas referentes a anos anteriores a dois mil e doze! Mas o que elas não refletem são os valores constantes do mapa do património municipal. Estes últimos, não coincidem com o Balanço. Qual é a credibilidade deste mapa? Para além dos valores não estarem corretos, há ainda o facto de muitos itens não se encontrarem alocados a qualquer serviço ou responsável identificado. Se um dia se quiser saber onde estão estes ativos, vai ser difícil se não impossível. A isto chama-se falta de rigor. Sendo este um tema recorrente nesta Assembleia, ao longo dos anos e vários mandatos, a inércia do executivo em corrigir esta situação é, no mínimo, uma atitude irresponsável e não aceitável. -----

CARLOS MOTA (Grupo do PS) » » Boa noite a todos os presentes. -----

Mais uma vez e à semelhança do que tem vindo a acontecer nos últimos anos, a atividade desenvolvida pelo município de Almeirim, centrou-se numa relação de proximidade entre o serviço público e o munícipe, de forma a promover a qualidade de vida de todos os habitantes no concelho. -----

A organização do município de Almeirim caracteriza-se pela existência de duas estruturas fundamentais, uma política e outra administrativa, com intervenção nas áreas da ação social, associativismo, ambiente, arte pública, inovação, saúde, proteção civil, trânsito e mobilidade e, em casos pontuais, algumas obras e intervenções no saneamento, agora da responsabilidade da empresa Águas do Ribatejo. -----

Na verdade o relatório de gestão referentes ao exercício de dois mil e catorze veem pela primeira vez ser submetidos à aprovação, sendo da total responsabilidade do atual executivo. -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

A análise da execução da receita e da despesa, face ao orçamento definido, bem como a sua comparação com os valores atingidos em anos anteriores representa dos principais objetivos deste relatório. -----

O município de Almeirim encerrou as contas referentes a dois mil e catorze com um resultado líquido negativo de três milhões trezentos e setenta e nove mil seiscentos e um euros e quinze cêntimos, verificando uma variação positiva em relação ao ano anterior de trezentos e setenta e nove mil trezentos e oitenta e um euros e vinte e nove cêntimos. -----

Apraz-nos registar a saúde financeira do município de Almeirim evidenciados por alguns rácios, todos eles positivos; a título de exemplo, referimos: liquidez geral; um vírgula oitenta e seis por cento, liquidez reduzida; um vírgula setenta e seis por cento, autonomia financeira; zero vírgula setenta e cinco por cento, endividamento; zero vírgula vinte e cinco por cento e cobertura do passivo pelo ativo; quatro vírgula zero cinco por cento. -----

Na análise da execução orçamental, referimos que foi atingida uma taxa de noventa e cinco vírgula quatro por cento na receita incluindo o saldo da gerência anterior, e oitenta e seis vírgula sete por cento na despesa, correspondendo a um montante de catorze milhões, trezentos e setenta e um mil, seiscentos e oitenta e sete euros e vinte seis cêntimos respetivamente, transitando para a gerência de dois mil e quinze um saldo de um milhão duzentos e noventa e sete mil setecentos e dezoito mil euros e oitenta e dois cêntimos; o que quer dizer que em termos percentuais estamos na presença da melhor execução orçamental de sempre. -----

O valor do saldo das dívidas a terceiros encontra-se bastante reduzido, contribuindo para isso o prazo médio de pagamento a fornecedores que é de onze dias. O que quer dizer que uma fatura entrada na câmara, após conferência, em média onze dias depois está paga. Colocando a câmara de Almeirim no pódio das três melhores pagadoras da Lezíria do Tejo. -----

Pelo muito mais que havia para dizer, mas fundamentalmente pelo que ficou dito, o Partido Socialista irá votar favoravelmente os Documentos de Prestação de Contas referentes ao exercício de dois mil e catorze. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA » » Entrou um requerimento na mesa, a solicitar o prolongamento da sessão até conclusão dos trabalhos. -----

----- * Votação do Requerimento – Aprovado unanimidade. -----

PRESIDENTE DA CÂMARA » » Respondendo ao grupo da CDU, e sobre os quinhentos e tal mil euros que fala, foi uma imposição da DGAL em abril deste, que diz respeito ao



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

FAM. Neste país as leis não eram retroativas, mas parece que já são e a interpretações também. -----

Em relação às questões do pessoal, é bom referir que alguns aumentos foram motivados pela legislação, mas também é de referir, daquilo que são contabilizadas neste momento, e que se relaciona com IEFP, como é por aqui que sai, e é aqui que é contabilizado. Nem sempre foi assim, mas isto sofreu alterações, embora seja feita a separação. -----

Em relação à obra anunciada e não executada, diria que é quase um elogio. -----

Sobre os resultados económicos, acho as intervenções interessantes. Sugiro que façam uma visita a uma ferramenta que foi recentemente desenvolvida pela DGAL, que se chama portal da transparência. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Não havendo mais intervenções sobre este assunto, passamos à votação. -----

----- * **Votação do ponto dois da ordem de trabalhos** - APROVADO POR MAIORIA E MINUTA, os documentos de prestação de contas referentes ao exercício de dois mil e catorze, bem como que a apreciação do inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais, com dezanove votos a favor, dezasseis do grupo do PS e três do grupo Amar a Terra (PPD/PSD.CDS-PP.MPT). Duas abstenções do grupo do MICA. Três votos contra do grupo da CDU. -----

-----DECLARAÇÃO DE VOTO-----

----- (Artigo trigésimo sétimo, do Regimento) -----

COUNTINHO LOPES (Grupo da CDU) »» A CDU votou contra essencialmente pela insuficiência na informação prestada e pela falta de rigor patente em algumas das peças documentais que nos foram apresentadas. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Passamos à apreciação do ponto três da Ordem de Trabalhos. -----

PONTO TRÊS - APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA 1ª REVISÃO AO ORÇAMENTO PARA DOIS MIL E QUINZE, PARA INCLUSÃO DO SALDO DE GERÊNCIA DO ANO DE DOIS MIL E CATORZE, NOS TERMOS DA ALÍNEA A), DO NÚMERO UM DO ARTIGO VINTE E CINCO, DA LEI NÚMERO SETENTA E CINCO BARRA DOIS MIL E TREZE, DE DOZE DE SETEMBRO. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Estão abertas as inscrições para a discussão deste ponto. -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

Não havendo inscrições, passamos à sua votação. -----

----- * **Votação do ponto três da ordem de trabalhos** - APROVADO POR UNANIMIDADE E MINUTA, a proposta da primeira revisão ao orçamento para dois mil e quinze, para inclusão do saldo de gerência do ano de dois mil e catorze, com vinte e quatro votos a favor, dezasseis do grupo do PS, três da coligação Amar a Terra (PPD/PSD.CDS-PP.MPT), três do grupo da CDU e dois do grupo do MICA. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Passamos à apreciação do ponto quatro da ordem de trabalhos. -----

PONTO QUATRO - APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA 1ª ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL PARA DOIS MIL E QUINZE. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Estão abertas as inscrições para o ponto quatro. Dou a palavra ao senhor presidente da câmara para fazer a introdução do ponto. -----

PRESIDENTE DA CÂMARA »» Penso que este ponto está suficientemente explícito, pelo que farei a minha intervenção no final, caso existam questões sobre o mesmo. -----

CRUZ MARTINS (Grupo da CDU) »» A redação da presente proposta é algo equívoca na medida em que propõe a aprovação do mapa de pessoal, que contempla a supressão de oito postos de trabalho previstos e não ocupados e a inclusão de dez novos postos de trabalho. -----

Mas pelo meio do texto da proposta fala-se na consolidação de onze postos de trabalho. Mas estas consolidações não vêm refletidas no anexo I. A pergunta impõe-se: foi por lapso que são mencionadas as consolidações? -----

Presumo que as consolidações referidas digam respeito aos trabalhadores que ao abrigo da mobilidade foram deslocados para outros postos de trabalho. Alguns destes trabalhadores estão colocados em divisões diferentes. A mobilidade pode formalizar-se por acordo entre os serviços de origem e de destino mediante aceitação do trabalhador. Esta é uma prática desejável e deve encontrar-se documentada. Não temos qualquer documentação que ateste a aceitação ou recusa por parte dos envolvidos. Até poderá estar no processo de cada um, mas aqui nada vem evidenciado. -----

De qualquer forma, estas consolidações deveriam vir refletidas no anexo, pois os postos de trabalho agora ocupados não o estavam efetivamente, ainda que pudessem estar previstos. A consolidação, implica alterações ao mapa. -----

Outra questão que se coloca é se perante as limitações impostas pela lei à contratação de pessoal, o município preenche as condições que permita a criação destes novos postos de trabalho. Num exercício a que procedemos, não nos parece que se possa



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

avançar para dez postos de trabalho. Gostaríamos de saber se o executivo pode, com segurança, avançar para este processo. -----

Como é evidente, nada temos a opor à criação de postos de trabalho, mas defendemos que o processo deve ser conduzido com toda a segurança para evitar futuros problemas e até para não defraudar expectativas legítimas de quem os venha a ocupar. -----

PRESIDENTE DA CÂMARA »» As questões da consolidação não aparecem porque quando foi feito o mapa para este ano os lugares já estavam nos respetivos sítios. O que estamos neste momento a fazer é a consolidar. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Passamos à votação do ponto quatro da ordem de trabalhos.-----

----- * **Votação do ponto quatro da ordem de trabalhos** - APROVADO POR MAIORIA E MINUTA, a proposta da primeira alteração ao mapa de pessoal para dois mil e quinze, com vinte e um votos a favor, dezasseis do grupo do PS, três da coligação Amar a Terra (PPD/PSD.CDS-PP.MPT), e dois do grupo do MICA. Três abstenções do grupo da CDU. -----

PONTO CINCO – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA QUE AUTORIZA A CÂMARA MUNICIPAL A CELEBRAR COM A CIMLT O CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS TENDO POR OBJETO A DELEGAÇÃO DAS FUNÇÕES CONSTANTES DO SEU CLAUSULADO E, BEM ASSIM, AUTORIZAR A ASSUNÇÃO DOS COMPROMISSOS PLURIANUAIS RESPETIVOS, A QUAL FICA CONDICIONADA À APROVAÇÃO DA REVISÃO ORÇAMENTAL, NA QUAL CONSTA A VERBA NECESSÁRIA À CABIMENTAÇÃO QUE SE ASSUME EFETUAR. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Estão abertas as inscrições para a apreciação do último ponto da ordem de trabalhos. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Dou a palavra ao senhor presidente da câmara para fazer a introdução ao último ponde desta ordem de trabalhos. -----

PRESIDENTE DA CÂMARA »» Fruto de algumas imposições e decisões, a SRU da Lezíria do Tejo é para terminar. O que se pretende é que estas competências possam ser delegadas na CIMLT por uma razão muito simples, que tem a ver com a questão de todos em conjunto, ou seja, os onze municípios conseguirem nesta matéria fazer um trabalho melhor, mais eficaz e mais barato. Estas são as razões que levaram a propor a apreciação deste assunto na assembleia municipal. -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

COUTINHO LOPES (Grupo da CDU) »» A posição da CDU sobre este assunto é a seguinte: Reconhecemos a importância das Comunidades Intermunicipais para os municípios pelo apoio nas áreas dos serviços, nomeadamente administrativo e técnico, assim como na gestão e finanças através das economias de escala que podem proporcionar. No entanto, não estamos de acordo com quaisquer perdas de competências dos municípios a favor destas comunidades. Quando no âmbito de algum processo de descentralização, os seus órgãos sejam eleitos diretamente pelas populações, com certeza que a nossa opinião mudará. Neste caso concreto, da reabilitação urbana, pensamos que a CIMLT poderá ter a exemplo de outras áreas um papel importante de muleta dos municípios na programação e na gestão das intervenções a realizar nos concelhos, sem necessidade de haver delegação de competências. Estamos de acordo que a maioria das funções referidas no ponto quatro do estudo de viabilidade que nos é apresentado poderão ser executadas no âmbito da CIMLT com benefícios óbvios para os municípios refletidos na generalidade na análise económica e financeira apresentada no ponto cinco do mesmo documento. Mas, continuamos a pensar que haverá formas de contratualizar essa colaboração entre os municípios e a CIMLT na área da reabilitação urbana sem recorrer à figura de delegação de competências. Também o parecer jurídico apresentado muito baseado na Lei setenta e cinco de dois mil e treze, pela qual não temos qualquer simpatia, não nos parece muito elucidativo. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Estando terminadas as intervenções dos senhores Deputados Municipais sobre este assunto, dou agora a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para fazer as considerações finais. -----

PRESIDENTE DA CÂMARA »» A posição da CDU é conhecida e eu entendo-a. -----

----- * **Votação do ponto cinco da ordem de trabalhos** - APROVADO POR MAIORIA E MINUTA, a proposta que autoriza a câmara municipal a celebrar com a CIMLT o contrato interadministrativo de delegação de competências tendo por objeto a delegação das funções constantes do seu clausulado e, bem assim, autorizar a assunção dos compromissos plurianuais respetivos, a qual fica condicionada à aprovação da revisão orçamental, na qual consta a verba necessária à cabimentação que se assume efetuar, com vinte e um votos a favor, dezasseis do grupo do PS, três da coligação Amar a Terra (PPD/PSD.CDS-PP.MPT) e dois do grupo do MICA. Três votos contra do grupo da CDU. -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

Às vinte e quatro horas e trinta e cinco minutos do dia trinta de abril de dois mil e quinze, deu-se por encerrada a Sessão, lavrando-se para constar a presente acta, que, depois de distribuída, lida e aprovada pela assembleia vai ser assinada pelos membros da mesa. -----

O Presidente da Assembleia,

O Primeiro – Secretário,

O Segundo – Secretário,
